

CLAUDE MARTIN

Escola Nacional de Saúde Pública de Rennes

Centro de Sociologia da Família da Universidade de Paris V – Sorbonne

Os limites da protecção da família

Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado ¹

53

No quadro do actual debate em torno da evolução dos sistemas públicos de protecção social, analisam-se as teses desenvolvidas em França sob a designação de «economia solidária», para mostrar alguns dos seus pressupostos e limites.

Sem abandonar a ideia de que o trabalho continua a ser o vector principal da integração e do acesso à cidadania, os defensores das teses da «economia solidária» propõem um compromisso entre economia monetária e não monetária, que passa pelo estímulo às formas de reciprocidade entre os cidadãos e pela associação

destes à concepção e gestão dos serviços que lhe são destinados.

Porém, a experiência (escassa) de projectos neste sentido mostra que uma tal proposta corre o risco de se realizar de uma forma muito desigual, ao deixar de fora os estratos sociais menos aptos a «tomarem a palavra» e menos providos de capital relacional para investir na reciprocidade. Assentando ainda numa concepção eufemizada das solidariedades familiares, ela pode conduzir ao resultado perverso de um aumento das desigualdades em função do carácter particularista e selectivo daquelas solidariedades.

Depois de ter sido anunciada há mais de uma década (Rosanvallon, 1981), a crise e a necessária reformulação do nosso sistema de assistência social são agora objecto de um amplo consenso. Não sendo a crise do Estado-Providência um exclusivo francês, os elementos do debate e as várias soluções sugeridas apresentam, conforme os países desenvolvidos, um certo número de cambiantes², e isto a despeito de inúmeros pontos de convergência no domínio das tendências demográficas e sócio-económicas (desequilíbrio entre as gerações, ou aumento da percentagem de pessoas idosas, instabilidade e desinstitucionalização dos laços familiares, aumento do desemprego feminino, evolução do desemprego,

¹ Este artigo retoma parcialmente um capítulo de uma obra colectiva publicada sob a direcção de Jean-Louis Laville, em Novembro de 1994, *L'économie solidaire, une perspective internationale*.

² Se bem que a tendência comum seja a de reconhecer a importância do sector informal para o bem-estar social ou *welfare*, referimo-nos, conforme os países, a noções e a modelos diferentes: *non profit sector*, nos EUA, *welfare pluralism*, na Grã-Bretanha, *welfare mix*, na Alemanha e na Holanda, «sector de utilidade social» ou «economia solidária», em França.

reestruturação industrial, terciarização do emprego, etc.). Papel determinante é, evidentemente, o da intensidade relativa do desemprego consoante os países, que se imporá com maior ou menor urgência enquanto factor primordial desta crise ou prioridade da agenda política.

Mas as variantes deste debate internacional são também fruto de um complexo conjunto de factores, de entre os quais podemos citar a diferença das ideologias políticas dominantes, a força ou a fraqueza relativas dos movimentos sociais respeitantes a estes problemas de assistência, os desvios na maneira como foram construídos historicamente os riscos sociais e as respostas institucionais, e, sobretudo, a variabilidade das representações sociais no que respeita aos respectivos limites e aos modos de articulação das solidariedades privadas e públicas. Há quem veja, nessas configurações nacionais, a expressão de «formas societais» (Benoît-Guillot, 1989; Barrière-Maurisson, 1992; Merrien, 1990) ou de tradições culturais contrastantes.

Em França, parece-nos que três aspectos merecem ser sublinhados nesta reflexão sobre a evolução dos nossos modos de protecção e sobre as formas de solidariedade. Por um lado, é manifesto o importante desenvolvimento que as críticas à racionalidade económica conheceram nestes últimos anos³. Podemos ver aí uma espécie de «desforra do social» sobre o imperialismo da leitura economicista que prevaleceu durante os 30 anos gloriosos. Por outro lado, a crise do Estado-Providência trouxe de novo à ribalta mecanismos tradicionais de integração social. Daí a importância dos trabalhos que incidem sobre os laços sociais, as redes de sociabilidade, o parentesco, as solidariedades intergeracionais e familiares, enquanto contributo substancial para a protecção do indivíduo.

As questões levantadas por aquilo a que em França se chama «economia solidária» (Laville, 1993), e que engloba parcialmente o que ontem expressões como «terceiro sector» ou «sector de utilidade social» (Foucauld, 1988) pretendiam designar, são igualmente sintomáticas da configuração deste debate no nosso país. No entanto, o que à primeira vista mais impressiona é a dificuldade com que esta hipótese da economia solidária se concretiza e implanta na prática. Não é

³ Pode tomar-se como exemplo a iniciativa do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (Caillé, 1989), ou publicações como a *Crítica da razão económica*, de Gorz, *A economia contra a sociedade*, de B. Perret e G. Roustang (1993), ou ainda *O espírito da dádiva*, de Jacques Godbout (1993).

que não tenha audiência, mas há que reconhecer que as experiências sociais de economia solidária, combinando economia mercantil, economia não mercantil da redistribuição, e economia não monetária da solidariedade familiar e de vizinhança, são ainda relativamente raras. Este espaço intermédio por que alguns anseiam encontra manifestamente um certo número de obstáculos. Assim, parece-nos que este debate se defronta, pelo menos em França, com a dificuldade em vencer uma oposição fortemente enraizada nas mentalidades e nos esquemas explicativos das relações entre família e Estado, como fonte de protecção. As solidariedades são sempre pensadas entre estes dois pólos, por não ser o mercado um espaço de solidariedade. Daí a resistência ao avanço das experiências de economia solidária.

A questão da partilha de responsabilidades entre as solidariedades públicas e privadas está claramente na ordem do dia da agenda política de todos os países de Estado-Providência. A necessidade de encontrar uma solução para a crise financeira do regime de protecção social é tamanha que, em muitos países europeus, se encara a hipótese de remeter para a família, ou para as redes de integração primária, um certo número de serviços e de encargos que anteriormente eram, em parte, cobertos por despesas públicas. Neste contexto, dificilmente se concebe que um poder político possa propor seja que reforma for que vá no sentido de um aumento das despesas do Estado. A pressão que se faz sentir está simultaneamente ligada a condicionalismos demográficos (o envelhecimento da população, com o peso que ele tem nas despesas do sistema de assistência na velhice e nas despesas com a saúde), e a condicionalismos económicos (de que a crise do emprego é a mais clara manifestação).

Esta questão da partilha de responsabilidades entre Família e Estado está também no centro das reflexões dos especialistas, tanto no que respeita aos encargos com a dependência dos idosos como à inserção sócio-profissional dos jovens ou à luta contra a precariedade e a pobreza, e relaciona-se com o aparecimento de um novo modelo denominado *welfare-mix*, que preconiza exactamente uma combinação dos recursos e dos meios mobilizáveis junto do Estado, dos parentes, mas também junto do mercado ou ainda das iniciativas privadas, associativas, beneficentes e não lucrativas.

Em França, este debate traduz-se principalmente pelo

A solidariedade entre Família e Estado

ressurgimento do tema das solidariedades familiares e intergeracionais, que levanta obviamente a questão de saber se elas estão ou não a diminuir, ou se a inquietação que suscitam não estará tão-somente ligada aos problemas causados pelo recuo da intervenção pública. O que está realmente em causa é saber se as famílias podem suportar materialmente mais do que já suportam, e, sobretudo, se é aceitável para as pessoas em causa terem de acompanhar este reajustamento.

Janet Finch propôs recentemente (1992) um esquema de análise retrospectiva desta questão do equilíbrio entre Família e Estado no encargo com as pessoas dependentes ou desprovidas de recursos, e das respostas encontradas, em particular na Grã-Bretanha. Este esquema parece-nos poder aplicar-se à França e permitir a delimitação da maior parte das questões levantadas acerca dos modos de protecção. Para começar, a questão pode formular-se nos seguintes termos: numa sociedade onde os meios de subsistência da grande maioria da população provêm da actividade assalariada, o que acontece àqueles que não estão incluídos no mercado de trabalho remunerado? Tentaram-se várias soluções ao longo dos anos: a caridade, que representa uma resposta aleatória para o problema; a obrigação familiar e o apoio dos parentes, que, aliás, podem ser reforçados e garantidos por lei; e a redistribuição das receitas do Estado. Perante estas diferentes fontes de apoio, a questão é, antes de mais, saber quando é legítimo remeter os encargos para a família e para as redes de integração primária ou para o Estado. Segundo Finch, podemos esquematicamente distinguir, nesta base, três categorias de população.

Em primeiro lugar, aqueles cujo sustento compete principalmente à família, e que são os que *não devem trabalhar*: as crianças, antes de mais, que estão a cargo dos pais, se estes forem vivos, é claro. O Estado vai desempenhar, neste campo e através da sua política da família, um papel de apoio subsidiário, mais ou menos importante conforme os países, mas que permanece globalmente modesto. No entanto, à família cabe também garantir o sustento das mulheres casadas, que legitimamente podem não trabalhar, já que até final dos anos 60 se irá considerar que o seu principal trabalho é doméstico e educativo, o mesmo é dizer, gratuito. A responsabilidade do sustento dos filhos e das mulheres casadas é, pois, menos atribuída à família enquanto tal do que ao chefe família, que é aqui a única fonte de recursos (*male breadwinner model*), sendo que os meios para apoiar

colectivamente este modelo de partilha dos encargos são as negociações salariais.

Em segundo lugar, aqueles de quem sobretudo o Estado tem de encarregar-se — mesmo que a família possa, em muitos casos, desempenhar um papel absolutamente crucial —, isto é, aqueles que *não podem trabalhar*, o mesmo é dizer, os inválidos, os deficientes e os idosos, aos quais virão juntar-se, no decorrer do século XX, os reformados. A este respeito, a crise do Estado-Providência veio permitir o reconhecimento da importância e do carácter insubstituível do «contributo familiar».

Uma terceira categoria revela-se mais ambígua. Trata-se de pessoas adultas, sem recursos, que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores, que *poderiam trabalhar, mas que o não fazem* por razões diversas, e que não podem contar com nenhum apoio daqueles que as rodeiam. Para estes, admite-se a ajuda do Estado, mas com inúmeras restrições. Finch recorda, a este propósito, as *Poor Laws* que, do século XVII ao século XIX, apenas atribuíam um apoio mínimo e em condições dissuasoras, frequentemente acompanhadas da obrigação de o indivíduo ajudado se tornar útil e de aceitar qualquer trabalho (*workfare*). O principal problema que aqui se põe é o da desmotivação para o trabalho, que qualquer medida de assistência pode originar.

Segundo Janet Finch, o equilíbrio Família-Estado atingiu um ponto crítico de tensão, dado que, por um lado, os factores económicos e demográficos impõem a redução dos encargos que recaem sobre as finanças públicas e, por outro, as famílias se defrontam muitas vezes com a incapacidade de contribuírem com mais para assegurar o sustento e os encargos relativos às pessoas dependentes (crianças, idosos e adultos), sem contar com o facto de que, as mais das vezes, consideram inaceitável terem de suportar o aumento desses encargos. Neste sentido é possível adiantar que o sistema do salário familiar já não basta, por si só, para garantir o sustento do agregado familiar.

Na origem deste cenário, encontra-se o esgotamento do compromisso fordista ou keynesiano, símbolo dos 30 anos gloriosos, que permitiu assegurar a integração e o desenvolvimento da sociedade através de um equilíbrio entre o mercado e a regulação estatal, tendo cabido um papel principal à negociação colectiva e aos movimentos sociais, em particular

**As hipóteses
da economia
solidária**

ao movimento operário. Deste compromisso ou «pacto social», que corresponde a uma certa combinação dos diferentes sistemas económicos que são o mercado, a redistribuição e a reciprocidade doméstica (Polanyi, 1983), resulta o modelo concertado de «gestão dos riscos» que ainda hoje conhecemos no essencial.

Surge, assim, um certo número de serviços públicos que vieram substituir funções tradicionalmente cometidas à família ou à comunidade (prestação de cuidados, *caring* e socialização das crianças, assistência aos idosos, apoio e entreaajuda). Com o seu desenvolvimento e burocratização, estes serviços geraram uma espécie de efeito perverso, ao identificarem laços sociais com laços económicos. «Fora da esfera da produção, a solidariedade com a diminuição das sociabilidades tradicionais reduz-se a uma solidariedade institucional abstracta que, com o fenómeno da burocratização dos serviços sociais, tende a ser encarada mais como um sistema de segurança ou de assistência do que como uma solidariedade activa» (Laville, 1983: 8).

Esta ruptura entre economia monetária mercantil e não mercantil e economia não monetária, «desestruturada nos seus fundamentos e incorporada pelas tecnocracias modernizadoras numa sobrevivência do passado» (*Ibidem*) teve como principal consequência a homogeneização do valor-trabalho, que se tornou o «Grande Integrador», no sentido que lhe é dado por Barel (1990). O trabalho transformou-se, assim, na principal fonte de socialização secundária, de produção de identidade e de emancipação dos laços primários da família e da comunidade, sem por isso perder a sua dimensão de exploração.

Com a crise de valores do fim dos anos 60 e a crise económica de meados dos anos 70, o conjunto deste edifício ou deste pacto social foi abalado. Por um lado, denunciou-se a visão tecnocrática e centralizadora de um Estado encarado como cada vez mais tentacular e imiscuindo-se mais de perto nas relações íntimas. Por outro lado, o aumento do desemprego e a ameaça que ele constitui para um número crescente de pessoas aptas para o trabalho determinaram uma procura cada vez mais instantânea de protecção contra esse grande risco, e de reequilíbrio do sistema, «condenando ao esquecimento» as parcas reivindicações libertárias do «direito à preguiça». A isto veio juntar-se uma crise das capacidades de integração profissional do sistema educativo e de formação, a par de um anseio das mulheres pelo acesso ao

emprego e ao salário, a despeito de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Há hoje quem considere que este modelo social-estatal teve como primeira consequência a eliminação dos laços sociais primários, nomeadamente os familiares, e comprometeu a existência de formas de solidariedade concretas. Os cidadãos acabam por esperar tudo das respostas institucionais e públicas, e dão por si cada vez mais afastados uns dos outros. Mas tal equivale a omitir que, paralelamente, as trocas e as solidariedades se mantiveram muito activas no seio da família (Pitrou, 1978; Déchaux, 1990a; Martin, 1992), apesar das transformações consideráveis dos laços familiares. Equivale, também, a esquecer que a vertente relacional se tornou cada vez mais importante na actividade profissional, a ponto mesmo de ocupar a maior parte da área de sociabilidade da população activa, sem contar com o papel cada vez maior do círculo familiar no acesso ao emprego (Degenne *et al.*, 1991). Em suma, emprego e círculo de conhecimentos produzem e são ao mesmo tempo o resultado da integração, e afigura-se difícil pensar num destes elementos desligado do outro. Tal como possuir capital relacional continua a ser o melhor meio para arranjar emprego, ter um emprego é hoje um dos meios manifestamente melhores para cultivar relações sociais, para ter um círculo de conhecimentos e, inclusivamente, para evitar o confinamento à esfera das relações de parentesco.

Dever-se-á, então, subscrever a hipótese de Barel que, no início desta década, diagnosticava a falência do Grande Integrador, no sentido em que «uma economia que dispensa cada vez mais o trabalho pode cada vez menos fazer dele o princípio organizador e ordenador que está na base de todas as sociedades» (Barel, 1990: 97)? Talvez, se, como ele, se admitir que essa falência nem por isso permitiu desembocar num novo Grande Integrador, o que nos obriga a viver num enorme «faz de conta», e a esperar que se reforcem «utopias concretas» (Gorz, 1988). Paradoxo, afinal, pois haveria que reconhecer que o trabalho já não assegura o seu papel de Grande Integrador, continuando, embora, a ser o vector principal da integração e do acesso à cidadania. Mas a sua falência também despertou provavelmente outros mecanismos arcaicos, como a integração familiar ou a integração em comunidades. No caso de se não ter trabalho, há que ter, pelo menos, «pessoas chegadas» para não se resvalar para a exclusão, a dependência e a indignidade.

É aqui que pode colocar-se a hipótese da economia solidária, que entende estabelecer um novo compromisso entre economia monetária e não monetária, sem romper com a ideia de que o trabalho ou a actividade continuam a ser o Grande Integrador (até nova ordem). Neste sentido, este modelo adopta uma posição crítica em relação aos principais cenários de saída da crise actualmente comentados. Crítica em relação à política da obtenção de emprego a qualquer preço, na medida em que ela corre o risco de aumentar inelutavelmente as desigualdades, criando empregos precários, não qualificados e de remuneração diminuta, com reduzida produtividade, *biscates* que apresentam o risco de provocar o reaparecimento de «novos lacaio» (Gorz, 1990) e de desprezar a «lógica da honra» (D'Iribarne, 1990). Crítica igualmente em relação a certas propostas de «partilha do trabalho» ou de «rendimento de cidadania» que, na verdade, não estão isentas de ambiguidades (Bihr, 1993). O facto de conceder tempo livre àqueles que, em virtude da sua actividade, já o não têm, ou de aumentar a percentagem de tempo livre, distribuindo-o melhor pelos activos, não garante minimamente que esse tempo possa ser utilizado numa óptica de reforço dos laços sociais ou de desenvolvimento da entreada e da auto-produção. O tempo livre pode também configurar a atomização social, o isolamento ou, até, o confinamento às relações familiares.

Perante este risco de atomização, os adeptos da economia solidária defendem a não ruptura com os assalariados, rejeitam o regresso à esfera privada e sugerem que se introduza uma dimensão não monetária com base num estímulo à reciprocidade, propondo apoiar fórmulas e projectos em que os utentes são associados à concepção e ao funcionamento dos serviços que lhes são destinados (a construção conjunta da oferta e da procura, a co-produção de serviços), fazendo-o por forma a que as soluções apresentadas assentem na esfera pública (Laville, 1992). O estímulo (não monetário) à reciprocidade — estímulo comunitário, diriam os anglo-saxónicos, estímulo contracultural ou alternativo, diríamos nós em França — deve, pois, combinar-se com a lógica mercantil (vender o serviço) e obter apoio económico dos financiamentos sociais, numa preocupação de permanência e de garantia.

Apesar das tentativas, e contrariamente ao que aconteceu num grande número de países anglo-saxónicos, esta dimensão do «comunitário» não conheceu, em França, a mesma

evolução e experiências. Talvez pelo facto de a família ter sido encarregada de assumir essa forma intermédia de representação colectiva entre indivíduo e sociedade. Um indício é a existência, em França, de uma política familiar explícita, mas provavelmente também de uma verdadeira «questão familiar», como componente da questão social.

Relativamente à hipótese da economia solidária, parecem-nos haver dois pontos que merecem ser desenvolvidos. O primeiro vai mais no sentido desta hipótese, analisando as cambiantes do seu alcance. Trata-se de sublinhar os limites das solidariedades familiares. Embora sem aderirmos aos propósitos alarmistas que evocam o fim destas solidariedades e anunciam a era das «mónadas urbanas» — o que não condiz com a maior parte dos trabalhos sobre este tema —, concordamos em reconhecer os seus limites, na medida em que a solidariedade dos parentes acentua as desigualdades em vez de compensá-las. É, pois, bem certo que há um grande risco em contrapor a solidariedade de parentesco à solidariedade colectiva: o de fazer pensar que o recuo da protecção social e do Estado-Providência poderia ser compensado pela solidariedade dos parentes. Esta visão parece-nos, no entanto, ser perceptível em França e corresponder ao regresso de uma certa forma de familismo.

O segundo ponto constitui antes um obstáculo à concretização da hipótese da economia solidária. Com efeito, o «estímulo à reciprocidade» parece-nos, antes de mais, susceptível de emergir das camadas intermédias e das categorias da população mais aptas para «tomarem a palavra», para fazerem valer as suas posições e para mobilizarem as suas redes de conhecimentos sociais (e não apenas familiares), e para se apoiarem no seu capital relacional de «laços ténues» (Granovetter, 1973).

Por ocasião do colóquio de 1983, intitulado «*Recherches et familles*», que constituiu sem dúvida um sinal de evidente recuperação, por parte da colectividade e da esfera política, do interesse pela questão da articulação entre vida privada e espaço público, Giovanni Sgritta fez um balanço da situação em Itália, que ainda hoje nos parece de uma actualidade impressionante. Seguem-se alguns excertos da comunicação que ele apresentou nessa ocasião:

«Desde o período imediatamente posterior à guerra até aos anos 60, a investigação social reflectia sobretudo a crise

**A oportuna
redescoberta
das
solidariedades
familiares**

da instituição familiar, ao passo que, agora, reflecte a crise de um certo modelo de sociedade, a crise do Estado-Providência, salientando simultaneamente a preservação e a função da família no desempenho de importantes tarefas sociais [...] Os resultados da investigação tenderiam, pelo contrário, a provar a oportunidade de adiantar uma tese completamente oposta à tese da privação da família das suas funções. A consolidação e a expansão da sociedade de bem-estar, à qual se atribui uma grande parte dos encargos relativos ao sustento de uma significativa percentagem da população, não teria afinal provocado o enfraquecimento das responsabilidades e das funções da família [...] O carácter flexível da acção da família, a natureza solidária das relações intrafamiliares iriam, pois, desempenhar o papel de mecanismo atenuador da insuficiência e do desajustamento das prestações das instituições de assistência pública e, em alguns casos, das prestações do mercado privado [...] A transferência da responsabilidade social do sector público para as famílias implica inevitavelmente um aumento do grau de exploração do trabalho familiar e, conseqüentemente, das tarefas e dos serviços desempenhados pelas mulheres no seio da família» (1983: 167-172).

Este resvalar da análise da crise da instituição familiar para a crise das solidariedades públicas continua a ser actual. Nos meios ligados à investigação, passou-se assim da atenção dedicada ao casal e à instabilidade conjugal para uma verdadeira redescoberta do parentesco e do seu papel de apoio e de transmissão, tal como Martine Segalen afirma neste excerto: «O renascer do interesse sociológico pelos laços de parentesco provém do colapso das posições ideológicas e das profundas alterações demográficas e sociais que afectaram a sociedade e, nomeadamente, do seu envelhecimento. Devido à crise do Estado-Providência, as outras formas de solidariedade, designadamente, as solidariedades familiares entre as gerações, acabaram por ser reconhecidas» (Segalen, 1991).

O contexto da crise do Estado-Providência impôs, portanto, novas categorias de reflexão aos responsáveis pelas políticas sociais. A sociabilidade, a entreaajuda, o apoio dos conhecidos ou a amizade dos parentes transformam-se, assim, em novas perspectivas para as políticas públicas. O exemplo do encargo com os idosos dependentes é manifestamente um dos sectores onde estas questões tiveram maior desenvolvimento nos últimos tempos (ver, por exemplo, Finch

e Groves, 1983; Ungerson, 1987, 1990; Bungener e Hollerou-Lafarge, 1988; Lesemann e Chaume, 1989; Bouget e Tartarin, 1990; Lesemann e Martin, 1993), frequentemente, aliás, para mostrar até que ponto a família (e sobretudo as mulheres) continuava a ser o principal pilar do apoio concedido. À luz dos inúmeros trabalhos dos últimos cinco anos, vê-se claramente que solidariedade familiar e serviço colectivo funcionam em complementaridade e não podem substituir-se um ao outro. No entanto, não é essa, hoje em dia, a conclusão mais frequente. Parece que as pessoas preferem congratular-se com a existência deste «manancial de solidariedade natural» que exibem como alternativa ou como ameaça sempre que surge a preocupação com o individualismo crescente.

Esta forma privada da solidariedade manifesta-se dentro das redes de sociabilidade, em sistemas de trocas e de reciprocidade que aparentemente nada têm a ver com o mercado, e cujo protótipo é a família. A inserção social começa por esta inscrição num «círculo social» (Degenne, 1983), por pertencer a redes, quer se trate da família circunscrita aos pais, filhos, irmãos e irmãs, ou alargada aos colaterais e até aos amigos, aos vizinhos, ao conjunto dos mais «chegados» (Bonvalet *et al.*, 1993). Estar privado deste tecido de inserção e de socialização primária é, pois, entendido como uma fragilidade — a que decorre do facto de não «poder contar com ninguém», de não ter ninguém à sua volta nem nenhum apoio —, mas também como um risco — o do isolamento e da dependência das solidariedades públicas (Martin, 1993). Daí a importância hoje conferida à rede familiar e aos parentes como fonte de protecção contra os problemas sociais e as dificuldades económicas que a sociedade contemporânea provoca (Déchaux, 1990a; Castel, 1991), e a inquietação que alguns sentem em virtude do crescente afastamento das famílias. Quer se trate dos jovens à procura do primeiro emprego que continuam a viver com os pais (Blöss e Godard, 1990; Galand, 1990), das pessoas idosas que têm de contar com a presença e o apoio das filhas para aguentarem a sua progressiva dependência (Lesemann e Martin, 1993), ou dos adultos que recebem apoio dos parentes depois de uma separação (Martin, 1994), torna-se evidente que esta protecção familiar se exerce ao longo de todo o ciclo de vida (Pitrou, 1978). Sem esta forma de solidariedade baseada na amizade e na obrigação mútua, o indivíduo fica, por assim dizer, inevitavelmente entregue à solidariedade pública.

Para fazer face ao processo de exclusão, cada um dispõe de um certo número de estratégias e de recursos, no centro dos quais se encontram sistematicamente o capital relacional ou a integração numa sociabilidade primária. Alguns procuram evitar a marginalização e os problemas económicos recorrendo ao «trabalho clandestino» (Laé, 1989). Fala-se, então, de economia subterrânea remunerada, informal, não oficial ou oculta. Estas práticas, que em boa parte decorrem do «recurso a expedientes», precisam de desenvolver redes, porque dependem de relações de confiança mínima, e, além disso, são tanto mais acessíveis quanto mais qualificado se for. Existem ainda outros meios. Por exemplo, uma mãe sem emprego que cuida dos filhos pode considerar que tem um estatuto social reconhecido. Esta função desempenhada fora da vida profissional prende-se exactamente com «trabalho não remunerado» e «economia doméstica». O movimento feminista desempenhou um papel essencial para «desvendar» a existência deste trabalho doméstico e gratuito. Chegou-se mesmo a fazer cálculos para tentar convertê-lo em percentagem do PIB e sublinhar, assim, a sua extensão (Michel, 1978; Barthe, 1988). Hoje em dia, as teses anti-utilitaristas preferem falar do «papel da dádiva» na economia geral da sociedade para mais uma vez demonstrar a sua extensão — «um valor aproximadamente igual a 3/4 do PIB» (Insel, 1993: 34).

Os poderes públicos parecem ter tomado bem consciência do carácter insubstituível desta economia não monetária. Se a carga crescente que o trabalho doméstico representa para as mulheres em certos momentos do ciclo de vida foi parcialmente compensada pelo desenvolvimento de serviços públicos e privados, quer seja no domínio dos infantários quer no dos lares de terceira idade, esta tendência atingiu manifestamente os seus limites. O seu custo para a colectividade parece cada vez menos suportável, donde a importância e o reconhecimento crescentes do trabalho gratuito, dessa obrigação moral que comete ao privado certas tarefas, ou dessa solidariedade espontânea, «natural», como certas personalidades políticas gostam, por vezes, de lhe chamar. Por tal facto, «aquilo que era considerado até então resquício dos tempos passados, votado a um desaparecimento progressivo graças ao desenvolvimento das relações mercantis, reaparece agora sob uma nova luz, como uma rede de relações sociais fundamentais que permite aos membros da sociedade manterem-se unidos e conservarem um espaço social à margem do mercado» (Insel, 1993: 221).

A construção de um «risco de isolamento»

Do que atrás ficou dito, pode concluir-se que existe um novo «factor de risco»: o isolamento. É que, contrariamente à imagem por vezes dada pela comunicação social, «viver sozinho» não é apenas o resultado de uma escolha, a expressão de uma nova ética individualista de viver, correspondente ao surto de jovens quadros dinâmicos, celibatários, *winners* e outros *yuppies*. O isolamento é também muitas vezes uma situação imposta. Sem negar a importância deste fenómeno, parece-nos que ele funciona sobretudo como uma ameaça. Daí a ideia de que podemos estar a assistir à criação de um verdadeiro «risco de isolamento» como representação social colectiva.

Este fenómeno do isolamento torna-se ainda mais evidente depois da criação, em França, do rendimento mínimo de inserção (RMI), em 1988. Não se sublinhou, na altura dos estudos e avaliações do RMI, que mais de 70% dos beneficiários eram «isolados» (Mire/*Plan urbain*, 1991), sabendo que aí se incluíam pessoas que não tinham casado nem constituído família? É inegável a profunda ambiguidade desta categoria de «isolados» onde cabe tudo. De facto, dizer que um adulto não casou ou não teve filhos não significa que esteja isolado, sem contactos, privado de sociabilidade. Pelo contrário, esta percentagem parece suficientemente eloquente para reforçar as representações seguintes: pobreza e precaridade coadunam-se com isolamento e solidão.

Juntamente com as pessoas «pobres», contabilizam-se agora também os «isolados» (pessoas que vivem sozinhas), procurando ter em conta que o aumento deste fenómeno pode significar: por um lado, independência e autonomia reivindicadas, por outro, isolamento e precaridade impostos (Delbes e Gaymu, 1990). No entanto, convirá não interpretar mal o fenómeno do isolamento no local de residência, porque a rede de ajuda não se limita ao espaço da habitação. Recentemente, H. Le Bras chamou a atenção para a ideia que a estatística dos agregados familiares nos transmite. Aliás, o importante talvez não seja a percentagem de pessoas que vivem sozinhas, mas as trocas que se realizam entre pessoas que não coabitam: «Muitas vezes, os membros de uma família, em sentido amplo, que vivem separados, mas perto, encontram-se frequentemente e até partilham as refeições e as despesas. Surgiu uma maior maleabilidade entre família e local de residência» (Le Bras, 1988: 29).

Para desenvolver a hipótese de uma «vulnerabilidade relacional», R. Castel (1991) propõe a distinção entre duas

formas de fragilização do indivíduo: a que corresponde à não inserção ou à desinserção profissional, e a que corresponde à perda ou à ausência de sociabilidade e de apoio familiar. Propõe também um conceito para designar este processo: «a *desfiliação*, uma forma específica de dissociação dos laços sociais» (Castel, 1991: 139). Com base nestes dois eixos — o da integração/não integração através do trabalho e o de inserção/não inserção numa sociabilidade sócio-familiar — Castel distingue quatro modos de estar na sociedade contemporânea: a «zona de integração» onde se conjugam emprego permanente e apoios relacionais; a «zona de vulnerabilidade» que associa precaridade de trabalho e fragilidade das relações sociais; a «zona de assistência» caracterizada pela ausência de emprego muitas vezes associada a uma impossibilidade de trabalhar e a uma boa inserção social; e, finalmente, a «zona de desfiliação» onde coincidem ausência de emprego e isolamento. Para R. Castel, a fragilidade dos casais, a redução do tamanho das famílias e a complexidade relacional das novas uniões são indicadores do poder desfilizador dos comportamentos sociais contemporâneos. No entanto, é perigoso reduzir a instabilidade conjugal a uma desestruturação pura e simples das redes. Embora o parentesco se viva de uma forma cada vez mais distanciada, nem por isso deixa de ser o vector de uma importante solidariedade.

J. H. Déchaux (1990b: 9) parece ter uma opinião semelhante quando propõe «mostrar que surgem novas formas de pobreza com origem na fragilização do tecido social, enquanto se vai atenuando a pobreza tradicional que se instala e se reproduz nas margens da sociedade». Dentre estas novas formas de pobreza refere as famílias monoparentais que têm uma grande incidência nas famílias pobres. Se é evidente que a separação (actualmente a causa principal da monoparentalidade) provoca sistematicamente um empobrecimento mais ou menos drástico dos lares dos pais que têm os filhos à sua guarda (CERC, 1987; Bastard e Vonèche, 1991), tal não basta, porém, para explicar as relações entre monoparentalidade, divórcio e pobreza. Com efeito, é menos importante a estrutura da família em si do que o facto de a mãe numa situação monoparental ser ou não activa, de o seu ex-cônjuge contribuir ou não para o sustento dos filhos, e de os parentes prestarem ou não apoio. Por outro lado, quando esses múltiplos factores se acumulam negativamente, a situação precária torna-se muito delicada. Em suma, trata-se de novo aqui de

uma questão de rede social e de apoio social. Valerá a pena analisar mais uma vez a noção de isolamento frequentemente associada às famílias monoparentais. Na verdade, o facto de viver sozinho com os filhos não significa necessariamente «isolamento social». Essas pessoas podem ter escolhido ficar nessa situação, sem por isso passarem a estar desligadas da família, do ex-cônjuge e dos seus parentes, de uma rede apertada de amigos e colegas, ou até de um companheiro com quem não vivem (Le Gall e Martin, 1990). Para outros, pelo contrário, a mesma situação pode provocar uma profunda sensação de solidão e corresponder ao fracasso das diversas tentativas para refazer a vida. Uma pessoa rodeada de muita gente pode, portanto, sentir-se isolada, conforme a ideia que cada um tenha da sua rede de amizades e da sua vida familiar, e conforme a importância que lhe atribua.

Levanta-se, então, não apenas a questão do isolamento efectivo (por outras palavras, da rede mais ou menos restrita de que uma pessoa em situação monoparental possa dispor, por exemplo), mas também a da sensação de estar isolado ou, pelo contrário, acompanhado (isto é, dos apoios sociais mobilizáveis e da satisfação que deles se retira). O projecto conjugal tem também influência. De facto, a sensação de isolamento pode estar relacionada com a forma como uma pessoa se projecta no futuro, sozinha ou a dois. Mas, sobretudo, intervém aqui a variável sócio-económica e cultural a que correspondem diversos tipos de redes (mais ou menos assentes nos laços familiares ou de amizade, mais alargadas ou mais restritas, etc.), e diferentes sistemas de valores relativos à família, à entreaajuda e à solidariedade (Bott, 1957).

A expressão do apoio relacional e até do sentimento de obrigação mútua varia claramente com o meio social. Nos meios mais tradicionalistas (quer sejam populares ou, pelo contrário, muito abastados) domina, sobretudo, o dever de solidariedade e de entreaajuda na rede do círculo familiar. Esta obrigação, esta ajuda incondicional, tem, no entanto, como contrapartida não contrariar as normas em vigor nesse meio. Esse «ter de ser» está muitas vezes na origem não só da sensação de «prisão» e de controlo da vida privada, mas também de solidão. Na verdade, pode estar-se isolado no meio de muita gente.

Noutros meios culturalmente mais ricos, cujas redes são normalmente constituídas por amigos e relações não familia-

**Variações
sobre o
estímulo à
reciprocidade**

res, as formas de solidariedade são nitidamente distintas. A regra que não deve infringir-se é a da autonomia. A norma de integração já não é a obrigação mútua e incondicional da rede familiar, mas a autonomia dentro da rede de amizades. Neste sistema o que importa é garantir a reciprocidade da ajuda e dos apoios, o equilíbrio das trocas de bens e de serviços. Não o conseguir significa depender inelutavelmente da sua rede, o que é inaceitável. Esta autonomia pode ser tanto mais defendida quanto mais as pessoas beneficiarem de condições de inserção sócio-profissional que quase sempre lhes permitem bastarem-se completamente a si próprias. Além disso, embora a importância do parentesco na rede seja menor, ele não deixa de estar presente e de desempenhar muitas vezes o papel de apoio incondicional, sabendo que o dever de reciprocidade no círculo familiar é cada vez menos uma obrigação.

Num estudo que teve por objecto o período posterior ao divórcio, pudemos apreciar a desigualdade das situações económicas e das trajectórias conjugais em termos de apoio relacional ou ajuda concedida pelos «mais chegados» após a separação, e também a disparidade das lógicas de reciprocidade (Martin, 1992, 1994). Se os parentes oferecem quase sempre uma espécie de «protecção próxima» mínima, no sentido em que ela é o vector de um certo número de trocas, elas são tanto mais raras e menos intensas quanto mais desfavorecidos forem os meios sociais em causa. Aliás, a estrutura das redes de sociabilidade e de entreajuda está intimamente ligada ao estrato social (Héran, 1988; Bonvalet *et al.*, 1993). Às camadas populares correspondem redes assentes sobretudo em parentes que se visitam com frequência; aos estratos médios e com habilitação superior, corresponde uma rede assente em relações de amizade, embora os parentes não deixem de prestar o seu apoio.

O apoio relacional de que beneficiam os pais que ficam com os filhos à sua guarda, no momento da ruptura ou posteriormente, varia em função do meio social. Com efeito, exceptuando o apoio proveniente do novo companheiro, que parece ser mais sistemático no caso dos pais sem habilitação superior (daí a importância que pode assumir a recomposição familiar no caso dos mais desfavorecidos), todos os outros membros do círculo com os quais, em princípio, contamos (pais, avós, irmãos e irmãs, ex-cônjuge, amigos) se mobilizam tanto mais quanto mais habilitações tiverem os pais em causa, isto é, os que mais probabilidades têm de conseguir

uma boa integração social. Por outras palavras, quanto melhor a posição social, tanto maiores as probabilidades de obter ajuda do seu círculo de relações. Aquilo a que chamamos apoio relacional ou apoio social contribui assim para acentuar as desigualdades, dado que são sempre aqueles que mais necessidade têm desse apoio os que, aparentemente, dele menos beneficiam.

Que conclusão podemos tirar daqui? Em primeiro lugar, que o dever de solidariedade não é específico dos meios populares. A entreaajuda, que muitas vezes funciona como uma espécie de seguro contra as dificuldades materiais da vida, é tanto mais importante quanto mais abastados forem os meios sociais em causa. É claro que podemos dizer que este resultado é uma evidência: a mobilização é mais forte entre os abastados do que entre os mais desfavorecidos. Por isso, este argumento só deveria ser válido no domínio da ajuda material ou financeira e não no da ajuda «de subsistência» (Pitrou, 1978), como «dar uma mão» nas tarefas do dia-a-dia, tomar conta das crianças, etc. Mais uma vez, porém, o apoio é maior no caso dos mais abastados. No entanto, parece que não se trata apenas de uma questão de meios materiais. Pode tratar-se também de representações sociais diferentes. Nos meios mais modestos esses «favores» não são entendidos nem como apoio nem como ajuda dos parentes.

Para justificar estas diferenças de posição e de práticas nas redes de proximidade dos pais que têm os filhos à sua guarda, propusemos outra explicação (Martin, 1993): «ajudam-se cada vez mais aqueles que menos precisam». De facto, na perspectiva da tripla obrigação da dádiva de Marcel Mauss (dar, receber e retribuir), a necessidade induz o risco de dependência. Em suma, o apoio é concedido pelo círculo de relações na razão inversa da sua necessidade, o que remete para a ideia que cada um dos protagonistas tem da autonomia ou, pelo contrário, do risco de dependência para o beneficiário. Quando o apoio é sinónimo de criação de dependência, tende a dissuadir o doador e o donatário, arriscando-se o primeiro a não ter nenhuma contrapartida e o segundo a sofrer uma despromoção social e relacional demasiado pesada⁴.

⁴ Conforme sublinha A. Petitat: «Uma dádiva que não se pode retribuir acentua, para quem a recebe, a sua incapacidade de estar à altura, a sua inaptidão para entrar com dignidade numa relação de troca» (1991: 55).

Para avaliar o sentido e os fundamentos da entreaajuda ou da solidariedade privada, é, pois, conveniente ter em conta estas lógicas de troca, em si dependentes dos meios sociais e dos tipos de redes em causa. Estamos aqui perante as distinções de Agnès Pitrou (1978) que contrapõem, por um lado, a fixação sobre os parentes (representantes de uma espécie de «contra-sociedade» que os actores preferem sempre à solidariedade institucional) como acontece nos meios modestos e, por outro, as redes de amizades e a lógica promocional das solidariedades familiares nas classes médias. Surgem ainda outras clivagens. A entreaajuda incondicional e aparentemente gratuita dos meios populares opõe-se à preocupação de autonomia dos estratos médios e à sua vontade de equilibrarem as trocas para se libertarem das dívidas contraídas no âmbito da rede relacional.

O regresso do familismo?

A protecção assegurada pelos mais chegados tem, portanto, graves limitações. Não é só mais ou menos importante conforme os meios sociais, mas funciona também segundo processos variados. No entanto, as políticas públicas reconhecem a estes apoios informais um papel cada vez maior. A família surge, assim, como um lugar de protecção, como um escudo contra a violência da adversidade contemporânea, como uma «manancial» de solidariedades alternativas às do Estado, como um tecido de laços sociais elementares. Pelo contrário, a não integração numa sociabilidade sócio-familiar preocupa e é até apresentada como um risco. Se, depois de ter sido denunciada como lugar de reprodução das relações de dominação de um sexo sobre o outro e de certas classes sociais sobre outras, a família é novamente encarada como um dos principais vectores de integração social, será porque não restam dúvidas de que outras instituições como a escola ou o trabalho já não cumprem em muitos casos essa função? A família vê-se assim atirada para o centro dos meandros da crise do Estado-Providência por duas razões. Por um lado, pelo facto de as famílias estarem sujeitas a uma série de riscos como, por exemplo, o de «desmembramento» — o que tem repercussões evidentes em termos de direitos e de custos sociais —, e por outro lado, pelo facto de a família ser cada vez mais encarada pelo Estado como um dos potenciais recursos de regulação dos problemas sociais. À consciência dos riscos que as famílias correm quando precariedade do trabalho e vulnerabilidade conjugal se associam, corresponde-

ria, então, uma sensibilidade ao potencial de protecção que a família representa enquanto expressão arquetípica dos laços sociais, escudo protector quando falham outros modelos de integração.

No entanto, um dos problemas desta súbita redescoberta do papel das solidariedades familiares é que ela dá a ilusão de um novo «manancial» de recursos para responder às dificuldades sociais encontradas por uma parte cada vez maior da população. Daí os discursos encantatórios sobre a necessidade de reactivar as solidariedades familiares e de vizinhança que o individualismo generalizado teria destruído. «Ajudem-se, que o Estado vos ajudará». De facto, à luz dos inquéritos que estudaram estas práticas de solidariedade familiar desde o início dos anos 50, parece que elas se mantiveram sempre activas (Sussmann, 1953; Young e Willmott, 1957; Bott, 1959; Pitrou, 1978; Martin, 1994). Em contrapartida, o elemento novo é que as pessoas se comprazem em imaginar que elas poderiam ser suficientemente poderosas para participarem na compensação da crise da protecção social ou para garantirem uma espécie de «protecção complementar» àquilo que o Estado pode pensar assumir. A permanência encontra-se aqui do lado do «privado», não do «público». Esta forma de protecção tem, no entanto, fortes possibilidades de acentuar as desigualdades em vez de compensá-las.

Estaremos nós no dealbar de um novo familismo? É o que levam a pensar certas hipóteses actualmente apresentadas sobre «o regresso à família» das novas gerações que «procurariam recriar aquilo que lhes faltou» (Sullerot, 1991: 23) e os debates públicos sobre a promoção das solidariedades familiares. Ao risco de dependência das solidariedades públicas, os governantes preferem que se desenvolva uma dependência em relação às redes de solidariedade familiar.

Em todo o caso, parece-nos ser uma das razões possíveis da fraqueza da perspectiva «comunitária» ou da economia solidária. Por um lado, no contexto actual, um tal cenário vem sempre em segundo lugar, a seguir às solidariedades familiares, de cuja força e carácter irredutível subitamente nos apercebemos. Força aumentada ainda pelos propósitos alarmistas daqueles que denunciam o recrudescimento dos valores anti-familiares. Mas, além disso, o estímulo à reciprocidade e a lógica de autoprodução de serviços organizados em ligação com o mercado e com a redistribuição correspondem muito mais aos detentores dessa competência social for-

necida pela integração de «laços ténues», isto é, as camadas médias. A «democracia dos utentes» (Godbout, 1987) estaria a encaminhar-se para a dualização da sociedade.

Antes de se apregoar o cenário da economia solidária sublinhando as suas mais ínfimas prefigurações, não deveria questionar-se a falta de partilha deste cenário normativo alternativo por parte dos estratos sociais que têm mais necessidade de ver aumentar a solidariedade e de conquistar um lugar e reconhecimento no espaço público? ■

Tradução de Cristiano Lello

Referências Bibliográficas

- Barel, Y. 1990 «Le grand intégrateur». *Connexions*, nº 56.
- Barrère-Maurison, M. A. 1992 *La division familiale du travail. La vie en double*. Paris, PUF
- Barthe, M. A. 1988 *L'économie cachée*. Paris, Syros.
- Bastard, B.; Cardia-Vonèche, L. 1991 *Les femmes, le divorce et l'argent*. Genève, Labor et Fides.
- Benoît-Guilbot, O. 1989 «Quelques réflexions sur l'analyse sociétale: l'exemple des régulations des marchés du travail en France et en Grande-Bretagne». *Sociologie du Travail*, vol. XXXI, nº 2.
- Bihr, A. 1993 «Les travailleurs doublement dépossédés». *Le Monde Diplomatique*, Junho.
- Blöss, T.; Gobard, F. 1990 «Décohabitation juvénile: stratégies juvéniles et conjuncture de l'existence», in C. Bonvalet e A. M. Fribourg (eds.), *Stratégies résidentielles*. INED, Plan Construction et Architecture.
- Bonvalet, C.; Maison, D.; Le Bras, H. e Charles, L. 1993 «Proches et parents». *Population*, nº 1.
- Bott, E. 1957 *Family and Social Network*. London, Tavistock Publications.
- Bouget, D.; Tartarin, R. (eds) 1990 «Le prix de la dépendance. Comparaison des dépenses des personnes âgées selon leur mode d'hébergement». Paris, *La Documentation Française*.
- Bungener, M.; Horellou-Lafarge, C. 1988 *La production familiale de santé: le cas de l'hospitalisation à domicile*. Paris, Diffusion PUF.
- Caillé, A. 1989 *Critique de la raison utilitaire*. Paris, Agalma, La Découverte.
- Castel, R. 1991 «De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation. Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle», in J. Donzelot (dir.). *Face à l'exclusion. Le modèle français*. Paris, Editions Esprit.
- Centre d'Etudes des Revenus et des Coûts 1987 «Familles Nombreuses, mères isolées, situation économique et vulnérabilité». *La Documentation Française*, nº 85.
- Déchaux, J. H. 1990a «Les échanges économiques au sein de la parentèle». *Sociologie du Travail*, nº 1: 73-94.
- Déchaux, J. H. 1990b «Pauvretés ancienne et nouvelle en France», *Observations et Diagnostics Économiques*, nº 30.
- Degenne, A. 1983 «Sur les réseaux de sociabilité». *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV, nº 1: 109-118.

- Degenne, A.; Fournier, I.; Marry, C.; Mounier, L. 1991 «Les relations sociales au coeur du marché du travail». *Sociétés Contemporaines*, n° 5.
- Delbes, C., Gaymu, J. 1990 «Croissance du nombre des isolés en France: vers de nouveaux comportements». *Population*, n° 3.
- Desveaux, E. 1991 «De l'embauche à l'usine comme de la dévolution d'un patrimoine», in M. Segalen (ed.), *Jeux de Famille*. Paris, Ed. du CNRS.
- Evers, A. 1993 «The Welfare Mix Approach. Understanding the Pluralism of Welfare Systems». Paper presented at the Congress *Well-Being in Europe by Strengthening the Third Sector*. Barcelona, 27-28 Maio.
- Finch, J. 1992 «State Responsibility and Family Responsibility for Financial Support in the 1990s», in Economic and Social Research Council, *Income Security in Great Britain: a Research and Policy Agenda for the Next Ten Years*. Swindon, ESRC.
- Finch, J.; Groves, D. (eds) 1983 *A Labor of Love: Women, Work and Caring*. London, Routledge and Kegan.
- de Foucauld, J. B. 1988 *La fin du social-colbertisme*. Paris, Belfond.
- Galland, O. 1990 «Un nouvel âge de la vie». *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXI, n° 4: 529-551.
- Godbout, J. 1987 *La démocratie des usagers*. Montréal, Boréal.
- Godbout, J. 1992 *L'esprit du don*. Paris, La Découverte.
- Gorz, A. 1988 *Métamorphose du travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée.
- Gorz, A. 1990 «Pourquoi la société salariale a besoin de nouveaux valets». *Le Monde Diplomatique*, Junho.
- Granovetter, M. S. 1973 «The Strength of Weak Ties». *American Journal of Sociology*, 78-6.
- Héran, F. 1988 «La sociabilité: une pratique culturelle». *Economie et Statistique*, n° 216.
- Insel, A. 1993 «La part du don. Esquisse d'une estimation quantitative». MAUSS, *Ce que donner veut dire. Don et intérêt*. Paris, La Découverte, Coleção «Textes à l'appui».
- d'Iribarne 1989 *La logique de l'honneur*. Paris, Seuil.
- Laé, J. F. 1989 *Travailler au noir*. Paris, Ed. Métailié.
- Laville, J. L. et al. 1992 *Les services de proximité en Europe. Pour une économie solidaire*. Paris, Syros.
- Laville, J. L. 1993 *Cohésion sociale et emploi. L'économie solidaire en perspective*. CRIDA-LSCI, Ronéo.

- Laville, J. L. (ed.) 1994 *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Des-
clee de Brouwer, Collection Sociologie Économique.
- Le Bras, H. 1988 «Structures de la famille dans la France actuelle». *Transfor-
mation de la famille et habitat*. Paris, PUF.
- Le Gall, D., 1990 *Recomposition familiale, usages du droit et production nor-
Martin, C. mative*. CRTS, Université de Caen.
- Lesemann, F.; 1989 *Familles-providence: la part de l'Etat*. Montréal, St-Martin.
Chaume, C.
- Lesemann, F.; 1993 «Les personnes âgées. Dépendance, soins et solidarités
Martin, C. (eds) familiales. Comparaisons internationales». *La Documenta-
tion Française, Notes et études documentaires*,
- Martin, C. 1992 «Support et affection. Logiques d'échange et solidarités
familiales après la désunion» • *Revue Internationale
d'Action Communautaire*, n° 27/67.
- Martin, C. 1993 «Risque solitude. Divorces et vulnérabilité relationnelle»,
Revue Internationale d'Action Communautaire, n° 29/69.
- Martin, C. 1994 «Diversité des trajectoires post-désunion: entre le risque de
solitude, la défense de son autonomie et la reconstitution
familiale». *Population*, n° 6.
- Merrien, F-X. 1990 «Etat et politiques sociales: contribution à une théorie néo-
institutionnaliste». *Sociologie du Travail*, n° 3: 267-294.
- Michel, A. (ed.) 1978 *Les femmes dans la société marchande*, Paris.
- MIRE 1991 *Le RMI à l'épreuve des faits*. Paris, Syros.
- Perret, B.; 1993 *L'économie contre la société. Affronter la crise de l'intégra-
Roustang, G tion sociale et culturelle*. Paris, Seuil.
- Petit, A. 1991 «Les circuits du don: «Kula», charité et assurances». *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XC.
- Pitrou, A. 1978 *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde
d'aujourd'hui*. Toulouse, Privat..
- Polanyi, K. 1983 *La grande transformation*. Paris, Gallimard.
- Rosanvallon, P. 1981 *La crise de l'Etat providence*. Paris, Le Seuil.
- Segalen, M. 1991 «Les relations de parenté», in F. de Singly (ed), *La famille:
l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.
- Sgritta, G. 1983 «Recherches et familles dans la crise de l'Etat providence,
le cas italien». Numéro spécial de la *Revue Française des
Affaires Sociales, Recherches et Familles*.
- Sullerot, E. 1991 «Vers un renouveau de la famille». *Futuribles*, n° 153.
- Sussman, M. B. 1953 «The Help Pattern in Middle-Class Family». *American Soci-
ological Review*, 18-1.

- | | | |
|----------------------------|------|--|
| Ungerson, C. | 1987 | <i>Policy is Personal. Sex, Gender and Informal Care.</i> London, Tavistock. |
| Ungerson, C. (ed.) | 1990 | <i>Gender and Caring. Work and Welfare in Britain and Scandinavia.</i> London, Harvester Wheatsheaf. |
| Young, M.;
Willmott, P. | 1957 | <i>Family and Kinship in East London.</i> London, Routledge and Kegan. |